

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS

direta já houve manifestação do Diretor de Engenharia da Saneago para a contratação específica da empresa em questão.

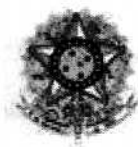
Nas justificativas apresentadas não houve comprovação por parte dos responsáveis da tentativa de competição entre empresas de engenharia que poderiam prestar o serviço, demonstrando a clara intenção do gestor de contratar diretamente a empresa Navarrete Engenharia.

Além disso, também afirmam os responsáveis em suas razões de justificativa que o preço praticado pela empresa se encontra dentro dos preços de mercado. No entanto, não foi juntada aos autos qualquer comprovação dessas alegações.

Dessa forma, observa-se que o ato decorreu de intenção deliberada do Diretor de Engenharia da Saneago, denunciado OLEGÁRIO MARTINS TEIXEIRA NETO, em contratar especificamente a empresa Navarrete Engenharia, demonstrando um direcionamento do serviço especificado à empresa em tela.

O fato então chamou a atenção do Auditor Substituto de Conselheiro, do TCE, CLÁUDIO ANDRÉ ABREU COSTA que, de forma precisa, em 12 de novembro de 2015, como se anteviesse o que estava por ser descoberto, afirmou:

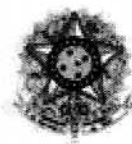
Recentemente foi descoberto e desde então já se mostraram



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS

diversos desdobramentos de um dos maiores escândalos de corrupção envolvendo a Petrobrás e empresas de engenharia responsáveis por obras da estatal. Trata-se da chamada Operação Lava Jato, que já conta com diversos atores políticos e empresariais presos preventivamente e outros muitos com sentença penal condenatória emitida. Chama a atenção no sistema desenvolvido por gestores da Petrobrás com o denominado Clube das Empreiteiras, onde havia uma troca de interesses. Os empresários pagavam propina aos gestores da Petrobrás em troca de obras vultosas da estatal a serem direcionadas às empresas que faziam parte do Clube.

Observa-se no caso analisado na presente Representação a potencialidade de acontecimentos da mesma envergadura terem espaço nas obras realizadas pela Saneago. Ora, o processo para realizar licitação para contratação dos serviços de orçamento “não teve conclusão atempada” (fl. TCE 76), assim contrata-se diretamente uma empresa indicada pelo Diretor de Engenharia, sem que nenhuma outra empresa tenha sido consultada. Em consequência, a empresa contratada elabora orçamentos para obras que são de responsabilidade da Saneago e que serão posteriormente realizadas. Nada impede que a empresa responsável pelos orçamentos não participe de um “clube” com vistas a posterior fraude das obras que serão realizadas.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
 PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS

Por certo não há nos autos evidências que demonstrem irregularidades no orçamento elaborado pela empresa Navarrete Engenharia nem a participação dos gestores da Saneago em um sistema com vistas a interesses distintos do público. Entretanto, a potencialidade do risco nesse caso exige que o TCE/GO envie cópia integral dos autos ao Ministério Público do Estado de Goiás para averiguar as informações aqui trazidas e o desdobramento das contratações relacionadas. Além disso, também envie cópia à Polícia Federal e ao Ministério Público Federal, uma vez que os recursos oriundos do Pac 2 são federais, portanto, a competência para fiscalizar a fiel execução dos serviços ressaí flagrante. E, por fim, ao Tribunal de Contas da União, também com a finalidade de fiscalizar a aplicação dos presentes recursos.

Também merece destaque a natureza dos serviços contratados pela Saneago à empresa Navarrete Engenharia. No Termo de Referência (fls. TCE 16-29), observa-se que o objeto contratado consiste em serviços técnicos especializados para a elaboração de orçamentos de obras de saneamento básico desenvolvidas pela Saneago.

Em outras palavras, a Saneago contratou uma empresa privada

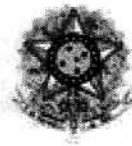


MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS

para fazer um orçamento de obras e serviços que posteriormente a própria Saneago irá realizar. Não parece ser o melhor caminho a terceirização de orçamentos que posteriormente serão realizados por outra entidade. Ora, a empresa privada realiza o orçamento objetivando a execução dos serviços de acordo com os custos e estrutura que a empresa possui e não a que a Saneago possui. Sendo assim, as características do orçamento elaborado por terceiro podem ser muito diferentes das vislumbradas pela Saneago no momento de execução dos serviços, trazendo, como é comum, paralização de obras ou serviços ineficientes.

A Saneago justificou a contratação de empresa interposta para realização de orçamentos na falta de pessoal e estrutura necessária para a realização dos orçamentos pela própria empresa. Assim, evidencia a possibilidade e, ainda mais, o dever da Saneago em fazer os orçamentos das obras e serviços que posteriormente serão por ela desenvolvidos, através de servidores efetivos admitidos por concurso público, que possuam capacidade técnica para desenvolver esse trabalho.

Assim, cumpre determinar à Saneago que demonstre a este Corte, no prazo de 90 (noventa) dias a contar da ciência da decisão, as providências tomadas no sentido de permitir a realização de orçamentos de obras e



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS

serviços por parte da própria empresa e não de terceiros.

4- Do Núcleo Político da Organização Criminosa

Os elementos de prova colhidos com o andamento das investigações apontam para a existência de um quadro de corrupção sistêmica no âmbito da SANEAGO, em que contratos são entabulados em troca do pagamento de propina a agentes públicos, agentes políticos e de valores para custear despesas de campanha e partidos políticos.

Por outro lado, há fortes indícios de que a organização criminosa promove a “lavagem de capitais”, notadamente mediante operações de movimentações paralelas ao sistema financeiro para escamotear a origem ilícita dos recursos, a natureza dos valores e ocultar os repassados aos beneficiários.

Com o aprofundamento das investigações da denominada Operação Decantação, resta evidenciado que a organização criminosa se infiltrou na SANEAGO. É nítido que a alta direção da estatal orienta a contratação de empresas mediante fraude sistemática aos processos de licitação, superfaturando valores. Esses, após um sofrer algum tipo de “lavagem”, retornam para seus agentes ou simplesmente são canalizados na forma de contribuições partidárias e de financiamento para campanhas políticas.

À luz do conjunto de provas colhidas parece claro que o



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS

“esquema” criminoso que opera na SANEAGO somente se tornou possível mediante a formatação de um núcleo político capaz de dar sustentação ao comando da estatal e de avalizar a permanência de seus integrantes nas Diretorias da Presidência, Produção, Expansão e Corporativa e demais órgãos da empresa.

O núcleo político da organização é constituído por operadores externos à estatal e de um operador interno, sendo os primeiros os responsáveis pela indicação e manutenção da alta cúpula da SANEAGO.

No interior da estatal, provendo o núcleo político, opera o denunciado AFRÊNI GONÇALVES LEITE, que é o atual Diretor de Expansão e Presidente Estadual do PSDB. Como agente político e diretor da SANEAGO, AFRÊNI GONÇALVES atua para favorecer aliados políticos, intercede na contratação de empresas e também no cronograma de pagamentos dessas.

No aprofundamento das investigações sobre o grupo criminoso, foram colhidas provas de interceptação telefônica anotando a cobrança para o pagamento de dívidas da campanha para o governo de 2014, situação amiúde verificada em episódios outros. Esse fato, de per si, evidencia o desvirtuamento das ações da estatal para finalidades não estatutárias e lesivas aos princípios da legalidade, moralidade e impessoalidade.

Consoante se observa em situações semelhantes, os recursos destinados ao pagamento de despesas sem relação com as atividades da empresa estatal são percentuais de contratos firmados com empreiteiras, a título de propina.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS

Não é razoável supor que na SANEAGO exista rubrica orçamentária destinada a pagamento de gráfica outrora contratadas para campanhas políticas.

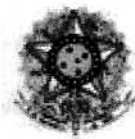
Também não é crível que exista na estatal rubrica provisionando recursos para o pagamento de Fundo Penitenciário e tampouco coquetéis palacianos e tampouco autorização legal para que a empresa, SANEAGO, omita-se de cobrar e/ou executar dívidas em face de empresas que detém a concessão para a exploração do sistema de água e esgoto em cidades goianas (v.g., ODEBRECHT).

O diálogo citado abaixo é apenas um exemplo de dívidas pagas pela SANEAGO. No caso, uma pessoa conhecida por CESÁRIO cobra o pagamento de uma dívida para a GRÁFICA MOURA, da campanha para o governo em 2014, ao que AFRENI informa que o pagamento acontecerá tão logo surja a disponibilidade:

(transcrições suprimidas para fins de publicação)

No texto acima referenciado, o interlocutor, representante da GRÁFICA MOURA, deixa explícito seu interesse de tratar da cobrança de parte e/ou totalidade de R\$ 412.000,00 (quatrocentos e doze mil reais).

Alguns dias após, a Polícia Federal colhe novo diálogo sobre a dívida de campanha de valores próximos àqueles relatados anteriormente. Dessa feita, diálogo se passa entre CESÁRIO e o Diretor-Presidente da SANEAGO,



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS

JOSÉ TAVEIRA.

Ressai mencionar que essas situações, qual seja, de pagamento de valores de campanha, não se verificam sem a violação da lei de licitações e mediante a execução de contratos de obras e serviços a preços superfaturados.

Eis o que consta do diálogo:

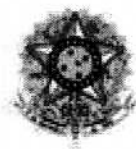
(transcrições suprimidas para fins de publicação)

Além dos diálogos colhidos acima evidenciando a atuação de AFRÊNI GONÇALVES na SANEAGO para o pagamento de despesas sem vínculos com as atividades da estatal, a Polícia Federal analisou os e-mails do investigado considerados relevantes, de um curto período.

O exame dos citados e-mails e áudios coletados a partir da interceptação dos telefones utilizados por AFRÊNI GONÇALVES e ROBSON SALAZAR evidenciam acertos para favorecer o pagamento da empresa JC GONTIJO, detentora de contrato de empreitada com a SANEAGO.

O exame das provas anota que, em 28 de agosto de 2015, AFRÊNI GONÇALVES recebeu um e-mail de EDSON FILIZOLA tratando das obras de ampliação da ETE de Goiânia e da Obra de Águas Lindas. Anexo ao e-mail consta dados da obra com o índice “j gontijo”.

Em telefonemas realizados na sequência (índices suprimidos



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS

para fins de publicação) AFRÊNI GONÇALVES e o Deputado Federal GIUSEPPE VECCI intercedem junto ao Diretor de Gestão Corporativa, ROBSON SALAZAR, no sentido de que fosse liberado uma contrapartida da SANEAGO para a empresa JC GONTIJO.

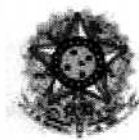
Em 16 de novembro de 2015 em telefonema captado pela Polícia Federal, o Deputado Federal GIUSEPPE VECCI pede para AFRÊNI GONÇALVES conversar com ROBSON SALAZAR no sentido de que este pagasse JOSÉ CELSON (proprietário da JC GONTIJO).

No mesmo dia dois outros diálogos acontecem. Num primeiro, AFRÊNI conversa com ROBSON e informa que está tudo certo. Na sequência, AFRÊNI conversa novamente com o Deputado VECCI e informa que o JC GONTIJO foi pago.

Agregue-se que à movimentação de AFRÊNI para favorecer a JC GONTIJO seguiu-se a obtenção pela Polícia Federal (retirada do e-mail) de documento dando conta de que a citada empresa doou a importância de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) ao PSDB.

No contexto mais amplo no qual os fatos se inserem tem-se que os valores recepcionados pelo PSDB o foram a título de propina, ainda que sobe a forma de doação, porque disfarçadas do seu real propósito.

Para que se visualize os detalhes da operação, segue a íntegra



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS

do relatório de análise de e-mails:

(transcrição suprimida para fins de publicação)

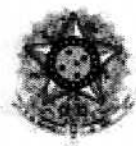
Em suma, existem fundados indícios de que o denunciado dá provimento ao núcleo político da organização criminosa, dirige, age e interage na SANEAGO para beneficiar aliados políticos, direcionar contratos, abreviar pagamentos e percutir dinheiro para o PSDB e campanhas políticas.

Por fim, resta evidenciado que o denunciado AFRÊNI se relaciona com empresários sabidamente envolvidos em atividades criminosas, bem como com agentes públicos, igualmente envolvidos em ilícitos, sem jamais turbar ou ferir os interesses da organização criminosa.

Do Contrato de Repasse n.º 0226026-76/2007

A Controladoria-Geral da União – CGU elaborou ação de controle para as circunstâncias da execução relativas ao Contrato de Repasse nº 0226026-76/2007 celebrado entre a União e o Estado de Goiás.

O referido contrato trata da execução de ações relativas ao Sistema de Abastecimento de Água para atender os municípios de Luziânia, Valparaíso de Goiás, Cidade Ocidental, Novo Gama, Gama e Santa Maria, denominado Sistema Corumbá IV, com previsão de utilização dos recursos do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.



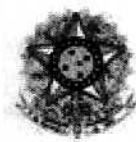
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS

Segundo o informado, a União, por intermédio do Ministério das Cidades, celebrou em 19 de dezembro de 2007 o Contrato de Repasse nº 0226026-76/2007 com o Governo do Estado de Goiás, tendo como interveniente executor a SANEAGO – Saneamento de Goiás S.A., objetivando a execução de ações relativas ao Sistema de Abastecimento de Água atendendo os municípios de Luziânia, Valparaíso de Goiás, Cidade Ocidental, Novo Gama, Gama e Santa Maria, denominado Sistema Corumbá IV, com previsão de utilização dos recursos do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.

De acordo com o Plano de Trabalho, foram pactuados recursos no montante de R\$ 117.302.882,50, sendo R\$ 64.000.000,00 correspondentes a repasses federais e R\$ 53. 302.882,50 a título de contrapartida.

A SANEAGO, mediante a Concorrência nº 4.3-009/2007, celebrou o Contrato nº 1.026/2008, de 25 de agosto de 2008, com as empresas Empate Engenharia e Comércio Ltda., CNPJ (número suprimido para fins de publicação), e Convap Engenharia e Construções S/A, CNPJ (número suprimido para fins de publicação), reunidas e organizadas sob a forma de consórcio denominado Consórcio Construtor Empate/Convap, para a execução das obras e serviços de parte do Sistema Integrado de Abastecimento de Água Corumbá, no Estado de Goiás.

Referido Sistema de Abastecimento de Água é composto de Captação, duas Estações Elevatórias de Água Bruta (EEAB1 e EEAB2) e de parte



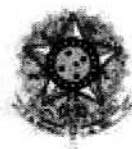
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS

da Adutora de Água Bruta prevista em primeira etapa, incluindo os materiais, no valor inicial de R\$ 42.052.696,91, com prazo de execução inicial estipulado para 24 meses, contados a partir da assinatura do contrato.

Após as celebrações de aditivos ao Contrato de Execução nº 1.026/2008, motivadas pela necessidade de reprogramações dos quantitativos dos serviços definidos com a finalização do projeto executivo, tendo em vista que a licitação foi realizada com base no projeto básico, o Consórcio Construtor, por intermédio de correspondência datada de 22 de agosto de 2013, promoveu a notificação da SANEAGO para a rescisão do contrato.

O Termo de Rescisão do Contrato de Execução de Obras e Serviços nº 1.026/2008 foi lavrado em 20 de agosto de 2015, sendo avençado um débito remanescente em favor do Consórcio Construtor no valor de R\$ 2.560.970,84, referente às medições 46 e 47, bem como os respectivos reajustes de preços. De acordo com a última medição (47º BM), verifica-se que foram executados em torno de 70% das obras contratadas.

No referido processo de execução das obras não foi contemplada a aquisição e instalação dos conjuntos motor-bombas da Estação Elevatória de Água Bruta. Para tanto a SANEAGO, mediante a Concorrência nº 4.3.005/2010-DIENG, realizou procedimento licitatório exclusivo. Na fase de habilitação, foram desclassificadas as empresas ESCO COMERCIAL DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA., RUHRPUMPEN DO BRASIL INDÚSTRIAS E COMÉRCIO DE BOMBAS HIDRÁULICAS LTDA. e SULZER



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS

Brasil S/A, mantendo habilitada e apta a apresentar a proposta de preços apenas a empresa TECNOBOMBAS - BOMBAS MOTORES E SERVIÇOS LTDA.

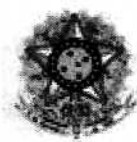
Estes fatos já foram minuciosamente descritos anteriormente, sendo que as investigações desencadeadas para apurar os delitos ora denunciados tiveram como ponte de partida a citada fraude licitatória.

Todavia, para que se compreenda melhor a questão, voltemos ao referido fato, posto que, frustradas as primeiras tratativas para levar adiante a contratação da TECONOBOMBAS, a organização criminosa tratou de recentemente dar sequência às ações delituosas com vista a consumir a contratação da citada empresa para o fornecimento e a instalação de um conjunto de motor bombas para o Sistema de Tratamento de Água de Corumbá IV.

Pois bem. Questionamentos diversos em sede administrativa à época da primeira licitação foram interpostos pelos licitantes inabilitados, questionando os motivos (técnicos) da inabilitação e alegando um juízo supostamente benevolente da Comissão Permanente de Licitação frente aos dados apresentados pela TECNOBOMBAS (e as características técnicas do seu produto).

Como se sabe, não lograram êxito.

Todavia, em vista da intensa disputa administrativa e principalmente judicial que seguiu às decisões da Comissão Permanente de Licitações, a SANEAGO optou por revogar tal certame e inserir o presente objeto



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS

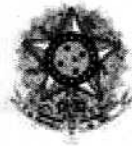
em novo procedimento licitatório (conforme Despacho nº-suprimido para fins de publicação-, documentos que o subsidiaram e Termo de Revogação, de 30/06/2015 – referência suprimida para fins de publicação).

Objetivando a contratação de empresa para execução do remanescente do objeto das obras do Sistema Produtor Corumbá, a SANEAGO, mediante o Edital do RDC Presencial nº 005/2014, celebrou o Contrato nº 307/2015, em 01 de abril de 2015, com o Consórcio EMSA-CCB, constituído pelas empresas EMSA – Empresa Sul Americana de Montagens S/A, CNPJ (*número suprimido para fins de publicação*), e a Construtora Central do Brasil S/A, CNPJ (*número suprimido para fins de publicação*), no valor de R\$ 104.900.000,00.

Anota-se que os membros da organização criminosa, os denunciados DORALICE BARROS DE ALMEIDA, RIVADÁVIA MATOS AZEVEDO e OLEGÁRIO MARTINS TEIXEIRA NETO fizeram, desta feita, inserir no objeto deste contrato a aquisição das bombas que foram objeto da frustrada Concorrência de nº 4.3.005/2010-DIENG.

A execução das obras encontra-se em andamento, tendo sido realizadas dez medições, totalizando R\$ 1.517.159,66, e que correspondem a 1,45% do valor contratual (R\$ 104.900.000,00).

Do RDC nº 05/2014, a Segunda Tentativa de Aquisição



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
 PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS

Como dito, em razão de intensa disputa administrativa e judicial que se seguiu às decisões da Comissão Permanente de Licitação, a SANEAGO optou por revogar o certame e inserir o conjunto de motor bombas em novo procedimento de licitação, conforme despacho n. 328/2015 e documentos que o subsidiaram e Termo de Revogação, de 30/06/2015 – páginas 4065-4071 do Volume XI, do processo de licitação.

Esses últimos documentos foram subscritos pelos denunciados JOSÉ TAVEIRA DA ROCHA, JOSÉ VICENTE DA SILVA JÚNIOR, JOSÉ RAIMUNDO ALVES GONTIJO e EMMANUEL DOMINGOS PEIXOTO e evidencia um fato, qual seja, a de que estes tinham plena ciência das fraudes na licitação que então tinha sido levado a efeito na tentativa de contratar a empresa TECNOBOMBAS (Concorrência n. 4.3.005/2010-DIENG).

Por outro lado, o referido edital de licitação do RDC 05/2014 foi subscrito pelos denunciados EMMANUEL DOMINGOS PEIXOTO, JÚLIO CÉZAR VAZ DE MELO, sendo que o primeiro teve intensa participação nas fraudes que culminaram com a nulidade e posterior abandono da licitação 4.3-005/2010.

Inserido no RDC Presencial nº 05/2014, a aquisição dos conjuntos motor bombas não teve nenhuma alteração de especificações técnicas, exceto pela quantidade. Esta passou de três para quatro unidades a serem adquiridas, sem que fosse apresentada qualquer justificativa técnica para tanto.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS

Cada conjunto motor bomba estava orçado para o RDC nº 005/2014 em R\$ 8.772.179,00. Todavia, a Controladoria Geral do Estado de Goiás solicitou a apresentação da pesquisa de preço. Após solicitação do órgão de controle, a SANEAGO apresentou justificativa por meio do Ato de Justificativa às Notas Técnicas da Superintendência Central de Controle Interno da CGE e do Despacho nº 890/2014 (folhas 4133 a 4151 do RDC 005/2014/SANEAGO) com os valores apresentados no quadro a seguir:

Quadro – Valores apresentados na pesquisa de preços.

ESCO	Tecnobombas	Ruhrpumpen	Mediana
9.000.000,00	7.670.000,00	6.117.668,33	7.670.000,00

O exame das propostas anota que a TECNOBOMBAS apresentou um valor intermediário (15% menor que a proposta mais cara da empresa ESCO e 25% maior que a proposta apresentada pela empresa RUHRPUMPEN).

Como se pode observar a proposta apresentada pela TECNOBOMBAS teve como referencial aquele indicado pela SANEAGO como objeto em seus estudos. Todavia, a proposta da empresa era 16,7% superior ao estimado quando da primeira licitação.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS

Segundo a CGU, o referido percentual poderia significar o valor do BDI. No entanto, a proposta apresentada pela licitante vencedora do RDC n. 05/2014 (Consórcio EMSA/CCB) de R\$ 8.725.788,72 é 13,8% superior ao valor estimado pela TECNOBOMBAS, conforme quadro abaixo:

Quadro – Valores com acréscimo do BDI.

Concorrência 05/2010 (A):			RDC nº 05/2014: Proposta EMSA/CCB (B):		Diferença de valores (B- A):
Valor estimado:	6.575.000,00	x	7.670.000,00	x	-
Eventual acrécimo de 14% referente ao BDI:	7.495.500,00		8.725.788,72		1.230.288,72

Isto é, os denunciados WILTON JOSÉ MACHADO, EDGAR DE ALMEIDA E SILVA E JÚNIOR, sócios gestores da empresa CONSTRUTORA CENTRAL DO BRASIL – CCB e ANNIBAL CROSSARA JÚNIOR e ADRIANO JOSÉ CORREA CROSARA, da EMPRESA SUL AMERICANA DE MONTAGENS – EMSA, apresentaram proposta de preço 13,8% superior ao BDI de referência da Concorrência nº 05/2010, que, como dito, já era superior à



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS

proposta vencedora do RDC nº 05/2014).

Apesar disso, sabedores da malsucedida tentativa de contratar a TECNOBOMBAS por valores superfaturados, os denunciados trataram de viabilizar uma segunda tentativa de aquisição dos conjuntos motor-bomba a preços superfaturados com a mesma empresa – ao que tudo indica.

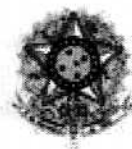
De fato, inserido no RDC Presencial nº 05/2014, a segunda tentativa de aquisição dos conjuntos motor-bomba não passou por nenhuma alteração de especificações técnicas, exceto pela quantidade: que passou de três para quatro unidades a serem adquiridas.

Isto é, os denunciados, neste momento, estão agindo para contratar a aquisição não de três moto bombas, mas sim quatro. E o mais grave: a preços novamente superfaturados e sem qualquer justificativa técnica para o aumento do número.

Não há, entretanto, nenhuma justificativa técnica presente no processo para tal alteração.

Mais ainda !!

De acordo com o Relatório de Demandas Externas de n. 201600785, os conjuntos motor-bomba estavam orçados para o RDC nº 005/2014



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS

em R\$ 8.772.179,00.

Para a CGU, a elaboração do novo certame licitatório representa prejuízo potencial da ordem de R\$ 1.230.288,72 para cada uma das motos bombas, o que totaliza um valor a maior da ordem de R\$ 4.921.154,88 se consideradas as quatro unidades do conjunto motor-bomba licitadas).

Apurou-se, ainda, a inexistência de justificativa para o aumento da quantidade de itens licitados constantes da licitação mais ampla e global, contrariando a regra de mercado que preconiza menor valor unitário para uma maior quantidade de itens adquiridos.

Importa mencionar aqui que o Despacho n.º 890/2014 (folhas 4146-4151 do Volume 17 do Processo 1591/2014 – que informa os valores superfaturados da frustrada Concorrência n. 4.3.005/2010-DIENG – foi subscrita pelos denunciados DORALICE BARROS DE ALMEIDA, RIVADÁVIA MATOS AZEVEDO e OLEGÁRIO MARTINS TEIXEIRA NETO.

Vale destacar que a investigada DORALICE BARROS DE ALMEIDA foi quem elaborou a planilha orçamentário da indigitada Concorrência n. 4.3.005/2010-DIENG, estimando valores da ordem de R\$ 19.725.000,00 e em plena unidade de desígnio com os fins almejados pela organização criminosa.

A denunciada DORALICE BARROS, responsável pela área de



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS

orçamento da SANEAGO, também é responsável pela elaboração do orçamento que deu base à realização do Contrato nº 1203/2008.

Cumprida observa que, no caso em questão, os denunciados trataram de elaborar um novo estratagema para a consecução do crime de fraude à licitação e peculato. É que o objeto da contratação não se constitui simples fornecimento de produto, mas verdadeira obra de engenharia especializada impossível, à primeira vista, de ser executada pelo consórcio vencedor do RDC n. 05/2014.

Pela leitura do Decreto Federal nº 7.581/2011 (que regulamenta o regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC), artigo 10, “a possibilidade de subcontratação de parte da obra ou dos serviços de engenharia deverá estar prevista no instrumento convocatório”.

Embora prevista, na cláusula 21 do Edital de Licitação, a subcontratação parcial dos serviços para as atividades que não constituam o escopo principal do objeto, poderá se dar no limite de até 30% do valor da obra, mediante a aprovação prévia da SANEAGO (Folhas 002932 e 002933 do Volume 15 do RDC 05/2014/SANEAGO).

Assim, a subcontratação para as atividades de fornecimento e montagem dos conjuntos motor bombas não encontra respaldo legal, em razão de dois fatores: a) constituir parte essencial do escopo principal do objeto, qual seja,



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS

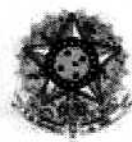
captação e elevação da água bruta do manancial até a estação de tratamento; b) presente a circunstância do valor ultrapassar o limite de 30% previsto no instrumento convocatório.

Por fim, a referida aquisição das bombas implica no dispêndio de valor superior a um terço do valor global da proposta, isto é, 33,27% (ou 35,53% quando considerado os demais itens necessários à plena instalação dos motores bomba). Ademais de ser forma escolhida para a contratação ser desarrazoada ela é capaz de causar prejuízo à SANEAGO, haja vista a que o produto será fornecido não pelas empresas diretamente contratadas, mas sim por terceiro (no caso, a TECNOBOMBAS).

Consigna-se que pesquisa de preços realizada pela própria SANEAGO para balizamento do preço de referência encontrou valores mais baixos que aquele estipulado como referencial (a mediana) o que, por si só, evidencia o dolo dos denunciados EMMANUEL DOMINGOS PEIXOTO, JOSÉ RAIMUNDO ALVES GONTIJO, RIVADÁVIO MATOS AZEVEDO, OLEGÁRIO MARTINS TEIXEIRA NETO e JÚLIO CÉZAR VAZ DE MELO.

Do Contrato de Repasse 226.025-62

Em 19 de dezembro de 2007 foi celebrado entre a União Federal, por intermédio do Ministério das Cidades, representada pela Caixa Econômica Federal, e o Governo do Estado de Goiás/GO, o Contrato de Repasse 226.025-62, tendo, ainda, a SANEAGO como interveniente executora.



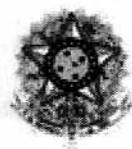
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS

Trata-se o objeto do contrato celebrado com a União Federal da ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário do município de Goiânia, Sistema Meia Ponte, Compreendendo a construção de redes coletoras de esgoto, coletores tronco interceptores, estações elevatórias de esgoto, ampliação e reformulação da ETE – Parque Atheneu.

A vigência inicial foi estabelecida para 30 de outubro de 2010, estando atualmente prorrogada até 30 de outubro de 2016.

Conforme consta do Laudo de Análise Técnica de Engenharia exarado pela Caixa em 23 de junho de 2008 (Volume Técnico de Engenharia V da Caixa), o objeto desse ajuste foi a construção do Sistema de Esgotamento Sanitário Intermediário Meia Ponte, contendo:

- 961,00 metros de redes coletoras de esgoto (DN 200 e 300 mm);
- 9.113,00 metros de coletores tronco e interceptores (DN 100 a 900 mm em tubos tipo FoFo, concreto e PVC);
- 5 estações elevatórias de esgoto
 - EEE Palmito (Q = 201,00 l/s e 25,60 MCA)
 - EEE MP4 (Q = 315,00 l/s e 33,00 MCA)
 - EEE Aruanã (Q = 420,00 l/s e 21,20 MCA)
 - EEE Gameleira 1 (Q = 420,00 l/s e 24,40 MCA)



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS

- EEE Gameleira 2 (Q = 430,00 l/s e 16,50 MCA)
- Ampliação e reformulação da Estação de Tratamento de Esgoto do Parque Atheneu para uma vazão de operação final de 1.100 l/s.

O Laudo de Análise Técnica de Engenharia exarado pela Caixa em 23 de junho de 2008 apresenta parecer favorável à viabilidade do empreendimento no valor total R\$ 46.156.007,27, desde que atendidas as pendências técnicas então apontas.

Em 26 de agosto de 2008 a SANEAGO encaminhou à Caixa o resultado do processo licitatório realizado para a execução da obra pactuada (Concorrência nº 007/2007 e Contrato nº 1203/2008/SANEAGO celebrado com o Consórcio Sobrado/Central/Elmo/Fuad Rassi).

Essa documentação foi analisada pela Caixa por meio do documento Verificação de Resultado de Processo Licitatório de 03 de fevereiro de 2009, incluindo a análise dos preços contratados em relação ao Sinapi, aprovando o valor licitado de R\$ 36.390.152,92 (folhas 495 a 498 do Volume Técnico de Engenharia VI da Caixa).

No período de 06 de janeiro de 2009 a 25 de fevereiro de 2012 foram encaminhados 26 boletins de medição pela Saneago. Após essa data as obras foram paralisadas e foi celebrado o Termo de Rescisão Amigável do Contrato nº



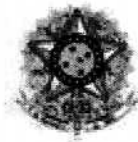
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS

1203/2008/Saneago em 14 de maio de 2012. No mesmo período, a Caixa emitiu 16 Relatórios de Acompanhamento de Empreendimento – RAE, sendo que o último, de 14 de fevereiro de 2013, aprovou uma execução financeira de R\$ 15.000.484,13, o que representou 30,10% do valor de R\$ 49.838.346,36, então vigente para o CR 226.025-62. O mencionado RAE final foi ratificado pelos Pareceres GIDUR/GO/Caixa nº 270/13, de 08 de março de 2013 e nº 382/13, de 05 de abril de 2013 (folhas 5485 a 5489 do Volume Técnico de Engenharia XXV da Caixa).

Da Concorrência 07/2007 – Processo 15.769/2007/2007

Para a contratação das obras de ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Goiânia, a Saneago instaurou a Concorrência 007/2007, a partir do Memorando nº 613/2007 de 21 de novembro de 2007 da Gerência de Obras da Saneago à Gerência de Orçamento e Empreendimentos para unificação de orçamentos com vistas à realização de licitação para a contratação da ampliação do SES Goiânia (folha 02 do Processo 15.769/2007).

O estudo de concepção e os projetos básicos e executivos foram elaborados pela Hidroconsult – Consultoria, Estudos e Projetos S/A (CNPJ/ número suprimido para fins de publicação) e pela Senha Engenharia Ltda. (CNPJ/ (número suprimido para fins de publicação) conforme ARTs constantes às folhas 245, 309, 310 do Processo 15.769/2007.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
 PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS

A orçamentação e o termo de referência para a mencionada Concorrência 007/2007 foram exarados pela SANEAGO por intermédio da Gerência de Orçamentação de Empreendimentos (folha 42 a 152 do Processo 15.769/2007) e da Superintendência e Obras da SANEAGO (folha 420 a 433 do Processo 15.769/2007), sendo que os projetos foram aprovados pela Diretoria de Engenharia da Saneago em 11 de dezembro de 2007 (folha 188 do Processo 15.769/2007).

O Edital elaborado pela CPL nomeada pela Resolução da Diretoria nº 31/2007, designando a CPL da Saneago (folha 412 do Processo 15.769/2007) foi publicado no DOU em 02 de janeiro de 2008 e, em 19 de fevereiro de 2008, foi publicado aviso de adiamento sine die, por motivo de revisão (folhas 417 e 464 do Processo 15.769/2007). A nova publicação do edital definitivo da licitação (folhas 780 a 1000 do Processo 15.769/2007) ocorreu em 10 de abril de 2008 e definiu a data da licitação para 12 de maio de 2008 (folha SAN 051 do Processo 15.769/2007).

Conforme Ata de Julgamento das propostas de preços, de 7 de julho de 2008, fls. SAN 472 a San 474 do Processo 15.769/2007/2007, a Comissão Permanente de Licitação julgou vencedor da Concorrência o Consórcio Sobrado/Central/Elmo/Fuad Rassi.

O julgamento foi homologado em 18 de julho de 2008 e o objeto da licitação foi adjudicado ao Consórcio vencedor (folha 484 do Processo



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS

15.769/2007). Em 25 de setembro de 2008 foi celebrado o Contrato nº 1203/2008 (folhas 541 a 560 do Processo 15.769/2007).

Importa ressaltar que a Concorrência 007/2007 foi objeto de análise no âmbito de fiscalização realizada pela CGU-R/GO no Contrato de Repasse nº 226.025-62, em 2008, cujos resultados estão consignados no Relatório nº 2015070. Na oportunidade foram identificadas as seguintes impropriedades nessa licitação:

- Publicação do Edital da licitação antes da aprovação do projeto técnico.
- Obra licitada e contratada sem a abertura dos componentes do BDI utilizado.
- Restrição à competitividade pela falta de parcelamento do objeto da licitação.
- Objeto licitado difere do projeto aprovado, sem que tenha havido autorização prévia da CAIXA para sua alteração.

Em 14 de maio de 2012, o Contrato nº 1203/2008/Saneago foi objeto de rescisão amigável (folhas 4559 a 4563 do Processo 15.769/2007).

Existência de superfaturamento no âmbito do Contrato nº 1203/2008/Saneago e existência de sobrepreço no âmbito do Contrato nº 1717/2015/Saneago, decorrentes da contratação de serviços acima dos parâmetros do Sinapi para



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS

a execução do objeto do CR 226.025-62.

A execução do objeto do CR 226.025-62 está sendo operacionalizada pela SANEAGO por intermédio de quatro contratos:

- Contrato nº 1203/2008, celebrado em 25 de setembro de 2008 entre a Saneago e o consórcio formado pelas empresas Sobrado/Central/Elmo/Fuad Rassi. Esse contrato englobou todas as obras previstas no objeto do CR 226.025-62, tendo sido rescindido em 14 de maio de 2012. A execução financeira aprovada pela Caixa no âmbito do Contrato 1203/2008 foi de R\$ 15.000.484,13, o que representa 22,25% do valor pactuado atualizado do CR 226.025-62 (R\$ 67.427.523,38);

- Com a rescisão do Contrato 1203/2008, foi celebrado entre a SANEAGO e a SANEFER o Contrato nº 1979/2013. Esse contrato se limitou aos serviços remanescentes do objeto do CR 226.025-62, tendo sido também rescindido antes de seu final, em 19 de maio de 2015. A execução financeira aprovada pela Caixa no âmbito do Contrato 1979/2013 foi de R\$ 1.741.693,43, o que representa 2,58% do valor pactuado atualizado do CR 226.025-62 (R\$ 67.427.523,38);

- Para continuidade das obras objeto do CR 226.025-62, a Saneago dividiu os serviços remanescentes em dois lotes e celebrou, em 22 de outubro de 2015, os Contratos nºs 1716/2013 (Lote 01) e 1717/2013 (Lote 02) com



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS

a Albenge. Quando da realização desta fiscalização pela CGU, tais contratos tinham uma execução financeira ainda não aprovada pela Caixa de R\$ 474.602,97, o que representa 0,70% do valor pactuado atualizado do CR 226.025-62 (R\$ 67.427.523,38).

Da Análise de preços do Contrato nº 1203/2008/Saneago

Em relação ao Contrato nº 1203/2008 cabe salientar que o mesmo já havia sido objeto de análise por parte da CGU, conforme consta do Relatório de Ação de Controle – Fiscalização nº 215070 de 31 de dezembro de 2008 da CGU-Regional/GO. À época as obras ainda não haviam sido iniciadas e foi apontado um sobrepreço geral de R\$ 5.139.247,94.

Após a apresentação de justificativas pela SANEAGO e pelo Ministério das Cidades, a Coordenação Geral de Auditoria da Área de Cidades da CGU – DIURB/SFC/CGU emitiu a Nota Técnica 806/2010/DIURB/DI/SFC/CGU-PR, de 24 de março de 2010, por meio da qual acata em parte as justificativas apresentadas, mantendo a constatação de um sobrepreço de R\$ 3.643.358,41, com a recomendação de que tais valores fossem repactuados, sob pena de não poderem ser financiados com recursos federais.

Não consta da documentação analisada a repactuação recomendada pela CGU. Na verdade, a rescisão do Contrato nº 1203/2008, efetivada em 14 de maio de 2012, tem como base a recusa do consórcio formado



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS

pelas empresas Sobrado/Central/Elmo/Fuad Rassi em aceitar tal repactuação.

Sobre ilícitos ocorridos quando da execução das obras pelo consórcio, a CGU apontou que os conjuntos motor bombas já teriam sido adquiridos e pagos já no início da execução do empreendimento (1ª medição), quando a sua efetiva instalação nas estações elevatórias somente poderia ocorrer num estágio muito mais avançado das obras.

Anotou, ademais, que até esta data, passados mais de sete anos de sua aquisição, esses conjuntos ainda não foram instalados, já perderam a garantia e estão passando pela deterioração comum ao tempo em desuso.

A atitude de realizar e pagar, já no início da obra, pelos itens de serviço ou equipamentos mais caros, superfaturados ou não, é comumente utilizada para capitalizar o executor contratado e constitui-se, por si só, em irregularidade na execução da obra, que deve manter um cronograma de execução de serviços e aquisição de equipamentos baseado na melhor técnica construtiva.

Nesse sentido, verificou-se que o boletim referente à 1ª medição, no valor de R\$ 5.768.722,87, foi encaminhado à Caixa em 10 de fevereiro de 2009, por meio do Ofício DIENG/Saneago nº 400/2009 (folha 564 a 628 do Volume Técnico de Engenharia VI da Caixa). Por meio do PA-GIDUR-GO/Caixa nº 2-206-09#10, de 16 de março de 2009 (folha 637 do Volume Técnico de Engenharia VI da Caixa) e do RAE de 17 de agosto de 2009 (folha 958 a 961 do



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS

Volume Técnico de Engenharia VII da Caixa), a Caixa certificou a 1ª e a 2ª medição da obra.

O pagamento das Notas Fiscais nºs 009 e 010 do Consórcio Sobrado (CNPJ/(número suprimido para fins de publicação) ambas de 17/03/2009, no valor total de R\$ 5.768.722,87 (R\$ 5.645.285,28 + R\$ 121.438,62), correspondentes ao valor da 1ª medição, ocorreu por meio das Ordens de Crédito nº 1957 e 2007, exaradas pela Saneago 01 de abril de 2009 e 03 de abril de 2009, respectivamente. O saque desses valores da conta corrente vinculada ao CR 225.025-62 (c/c 38-7 da agência 1575 da Caixa) ocorreu nos dias 02 e 03 de abril de 2009, respectivamente (folhas 159 a 166 do Volume Principal I da Caixa).

Em vários documentos existentes no bojo da documentação analisada, inclusive nas justificativas apresentadas pela SANEAGO e transcritas na Nota Técnica 806/2010/DIURB/DI/SFC/CGU-PR em 24 de março de 2011, a SANEAGO dá a entender que custearia esses valores acima dos parâmetros Sinapi com recursos próprios, entretanto não a CGU não viu nenhuma indicação na documentação analisada de que isso tenha ocorrido de forma sistemática e controlada.

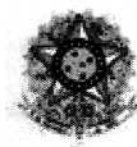
Consignou também que não existe na documentação apresentada pela Caixa qualquer indicação de glosa de valores nas medições apresentadas em função do sobrepreço apontado pela CGU.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS

Ao final das análises a CGU conclui que houve um superfaturamento de R\$ 3.352.211,02, a partir da execução do objeto pactuado no CR 226.025-62 por meio do Contrato nº 1203/2008.

Consoante se verifica na tabela abaixo, os pagamentos em valores superfaturados foram realizados com autorização dos denunciados MAURO HENRIQUE N. BABOSA, conforme datas e valores nela discriminados:



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS

Número	Data	Valor (A)	Número	Valor (A)	Data	Número	Valor (B)	Data	
009	17/03/09	R\$ 5.647.285,28	1957/2009	R\$ 5.595.662,18	1/4/2009	2007/2009	R\$ 173.061,72	03/04/09	Paulo Omar Tebeim Araújo CPF 361.212.071-91 Diretor de Relacionamento com Investidores
010	17/03/09	R\$ 121.438,62							
028	12/08/09	R\$ 230.294,22							
029	12/08/09	R\$ 211.036,66	5249/2009	R\$ 428.090,95	31/8/2009	5351/2009	R\$ 13.239,93	02/09/09	
035	20/08/09	R\$ 1.181.477,14	5569/09	R\$ 1.146.032,83	14/9/2009	5717/2009	R\$ 35.444,31	22/09/09	
042	23/09/09	R\$ 318.024,48	6595/09	R\$ 1.915.126,83	29/10/2009	6744/09	R\$ 59.845,73	05/11/09	
48	14/10/09	R\$ 1.656.333,18							
053	22/10/09	R\$ 20.500,00							
058	06/11/09	R\$ 505.989,65	7038/09	R\$ 829.452,72	19/11/2009	7139/09	R\$ 25.653,18	24/11/09	
062	06/11/09	R\$ 349.116,25							
066	07/12/09	R\$ 125.173,20							
070	07/12/09	R\$ 249.736,48	7841/09	R\$ 363.662,23	21/12/2009	8227/09	R\$ 11.247,29	28/12/09	
076	22/02/10	R\$ 3.657,20	1706/010	R\$ 3.547,84	22/3/2010	1972/010	R\$ 109,71		
100	18/03/10	R\$ 4.337,48	2391/010	4207,36	16/4/2010	2600/010	R\$ 130,12	27/04/10	
117	26/04/10	R\$ 26.515,13	2952/10	R\$ 422.539,79	11/5/2010	3171/010	R\$ 13.238,42	20/05/10	
119	26/04/10	409.092,90							
126	05/05/10	R\$ 485.874,58							
156	06/07/10	R\$ 445.393,60	5079/010	R\$ 432.031,79	6/8/2010	5330/010	R\$ 13.361,81		
157	08/07/10	R\$ 143.169,33	5080/010	R\$ 138.874,25	6/8/2010	5331/010	R\$ 4.295,07		
179	10/08/10	R\$ 383.410,15	6034/010	R\$ 371.907,85	22/9/2010	6074/010	R\$ 11.502,30	27/09/10	
180	10/08/10	R\$ 505.626,40	6035/010	R\$ 490.457,61	22/9/2010	6073/010	R\$ 15.168,79	27/09/10	
183	28/09/10	R\$ 73.482,86	1623/010	R\$ 59.853,24	6/4/2011	1788/011	R\$ 2.204,49	14/04/11	Mauro Henrique N. Barbosa CPF 348.416.791-20 Diretor de Administração
			5536/012	R\$ 11.425,13	18/10/2012				
195	01/12/10	R\$ 28.128,66	682/011	R\$ 27.284,80	17/2/2011	996/011	R\$ 843,86	09/03/11	
208	27/07/11	R\$ 1.653.750,93	3939/011	R\$ 1.604.138,40	17/8/2011	4029/011	R\$ 49.612,53	22/08/11	Não identificado
222	29/07/11	R\$ 66.696,96	5779/011	R\$ 64.696,05	28/11/2011	5823/011	R\$ 2.000,91	29/11/11	Mauro Henrique N. Barbosa CPF 348.416.791-20 Diretor de Administração
235	28/11/11	R\$ 122.922,21	6020/011	R\$ 119.234,54	7/12/2011	6416	R\$ 3.687,67	28/12/11	

Os atos necessários à formalização da licitação que resultou na formalização do contrato 1203/2008 foram encaminhados pelos membros da organização criminosa, sendo que o denunciado OLEGÁRIO MARTINS TEIXEIRA NETO foi responsável pelo encaminhamento do Memorando 613/2007 solicitando a unificação dos orçamentos para a aquisição de serviços e obras relativos à ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Goiânia (fls.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS

309/310 do processo 15.769/2007)

Os estudos de concepção e os projetos básicos e executivos foram elaborados pela empresa SENHA e subscritos pelos denunciados FRANCISCO HUMBERTO RODRIGUES e PORFÍRIO JOSÉ BORGES ALVES NETO (fls. 309/310 do processo 15.769/2007).

A aprovação dos projetos deu-se pela ação do denunciado MÁRIO JOÃO DE SOUZA, então Diretor de Engenharia (fls. 188 do processo 15.769/2007)

O orçamento básico da licitação foi elaborado pela denunciada DORALICE BARROS DE ALMEIDA (fls. 42/152 do processo 15.769/2007).

A licitação foi homologada e adjudicada pelo denunciado MÁRIO JOÃO DE SOUZA (fls. 484 do processo 15.769/2007), sendo o contrato de 1203/2008 foi subscrito igualmente por MÁRIO JOÃO DE SOUZA e os empresários JADIR MATSUY, pela SOBRADO CONSTRUÇÕES, MANACES NETTO e GUSTAVO DE REZENDE PINHEIRO, ambos pela CENTRAL ENGENHARIA, e JEHOVAH ELMO PINHEIRO, pela ELMO ENGENHARIA, e LUIZ ALBERTO RASSI, pela FUAD RASSI ENGENHARIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO.

Com a rescisão do Contrato 1203/2008, foi celebrado entre a



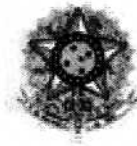
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS

SANEAGO e a SANEFER o Contrato nº 1979/2013. Esse contrato se limitou aos serviços remanescentes do objeto do CR 226.025-62, tendo sido também rescindido antes de seu final, em 19 de maio de 2015.

Para a contratação das obras remanescentes do Contrato 1203/2007/Saneago no âmbito do CR 226.026-62, foi emitido o Memorando nº 443/2012/DIENG/Saneago, de 11 de outubro de 2012, pelo denunciado OLEGÁRIO MARTINS TEIXEIRA NETO, solicitando a realização de licitação (folha 002 do Processo 19.817/2012), a concorrência n. 22/2012 e que culminou na realização do contrato 1979/2013 (com a SANEFER).

Verificas-se que o cronograma e o termo de referência forma assinados por EDERSON PONCIANO TREVENZOL e OLEGÁRIO MARTINS TEIXEIRA NETO, o orçamento-base no valor de R\$ 53.790.552,60, as memórias de cálculo e o detalhamento da composição dos itens de serviço foram assinados pelo denunciado FREDERICO JOSÉ NAVARRETE LAVERS, folhas 2317 a 3029 do Processo 19.817/2012.

De forma incisiva a Concorrência 022/2012 teve o apoio técnico do Consórcio formado pelas empresas SENHA ENGENHARIA LTDA. (CNPJ/número suprimido para fins de publicação) e NAVARRETE ENGENHARIA LTDA. - NAENG (CNPJ/número suprimido para fins de publicação), terceirizadas pela SANEAGO para, entre outras atividades, a elaboração de projetos e de orçamentos de obras.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS

A orçamentação e o termo de referência foram aprovados pela Superintendência de Obras da SANEAGO, isto é, pelo denunciado EDERSON PONCIANO TREVENZOL, em 18 de março de 2013 (folha 3031 e 3094 do Processo 19.817/2012).

Conforme as Atas de Julgamento da Documentação de Habilitação, de 07 de junho de 2013, e de Rerratificação de Julgamento da Documentação de Habilitação, de 23 de agosto de 2013 (folhas 5036 a 5038 e 5170 a 5171 do Processo 19.817/2012), após a fase de interposição de recursos e julgamento, dentre as seis empresas/consórcios que apresentaram documentação, quatro foram habilitadas.

As propostas das quatro empresas habilitadas foram abertas em 30 de setembro de 2013 e, conforme Ata da Sessão de Julgamento das propostas de preços (fls. 6376 e 6377 do Processo 19.871/2012), a licitação foi homologada em 11 de outubro de 2013 (folha 6381 do Processo 19.871/2012). O objeto foi adjudicado à SANEFER CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA.

A referida ata foi assinada por EMMANUEL DOMINGOS PEIXOTO, JOSÉ RAIMUNDO ALVES GONTIJO e JOSÉ VICENTE DA SILVA JÚNIOR, sendo que a homologação deu-se pelo denunciado OLEGÁRIO MARTINS TEIXEIRA NETO e pelo então presidente JOSÉ GOMES DA ROCHA.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS

O contrato foi assinado em 31 de outubro de 2013 e a ordem de serviço foi emitida em 19 de novembro de 2013 (folhas 6405 a 6415 do Processo 19.817/2012), sendo o primeiro assinado pelos denunciados OLEGÁRIO MARTINS TEIXEIRA NETO, JOSÉ GOMES DA ROCHA, JÚLIO CÉZAR VAZ DE MELO, CARLOS EDUARDO PEREIRA DA COSTA e NILVANE TOMAS SOUZA COSTA.

Conforme explicitado linhas atrás, a CGU, em exame de auditoria, apurou que a SANEFER se apropriou indevidamente da importância de R\$ 170.718,29, em razão da execução parcial da avença, situação amiúde propiciada pela ação criminosa dos denunciados MAURO HENRIQUE N. BARBOSA, OLEGÁRIO MARTINS TEIXEIRA NETO, EDERSON PONCIANO TREVENZOL, CARLOS EDUARDO PEREIRA DA COSTA e NILVANE TOMAS SOUZA COSTA.

Segundo o laudo elaborado pela CGU, houve falha da SANEAGO quando da elaboração da orçamentação dos serviços de transporte e descarga de materiais, levado a efeito pelo denunciado FREDERICO JOSÉ NAVARRETE LAVERS e, na sequência, aprovado por EDERSON PONCIANO TREVENZOL (fls. 2.376/3.029; fls. 3.031 e 3.094, todas do processo 19.817/2012).

Houve, no dizer da CGU, deliberado privilégio, durante a orçamentação, da escolha de caminhões basculante com capacidade de 6 m³ ao invés dos caminhões basculantes com maior capacidade de carga conforme efetivamente utilizados nas obras, o que proporcionou a existência de um



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS

sobrepreço no âmbito dos três contratos analisados de, pelo menos, R\$ 977.777,75.

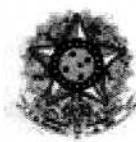
Especificamente quanto ao Contrato nº 1979/2013 houve um superfaturamento de R\$ 170.718,29, sendo que o pagamento das importâncias deram-se em razão da ação dos denunciados conforme descrição da tabela abaixo:

Do RDC 006/2015

Com a rescisão do Contrato 1203/2008, foi celebrado entre a SANEAGO e a SANEFER o Contrato nº 1979/2013. Esse contrato se limitou aos serviços remanescentes do objeto do CR 226.025-62, tendo sido também rescindido antes de seu final, em 19 de maio de 2015.

Para a contratação das obras remanescentes do Contrato 1979/2013/Saneago no âmbito do CR 226.026-62, foi emitido o Despacho SUPOB/Saneago nº 583/2015, de 03 de julho de 2015, solicitando a realização de licitação (folha 668 do Processo 9254/2015).

Em razão da extinção do Contrato 1979/2013, a SANEAGO realizou nova licitação para a contratação dos serviços remanescentes do CR 225.025-62 (RDC 006/2015). Os serviços remanescentes foram divididos em dois lotes e resultou na celebração dos Contratos nº.s 1716/2013 (Lote 01) e 1717/2013 (Lote 02) firmados com a ALBENGE ENGENHARIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS

O cronograma, o termo de referência, o orçamento-base no valor de R\$ 19.706.585,87 para o lote 1 e de R\$ 11.210.776,70 para o lote, as memórias de cálculo e o detalhamento da composição dos itens de serviço e os projetos (folhas 002 a 666 do Processo 9254/2015) para o RDC 006/2015 foram elaborados pelo Consórcio formado pelas empresas SENHA ENGENHARIA LTDA. (CNPJ/número suprimido para fins de publicação) e NAVARRETE ENGENHARIA LTDA. - NAENG (CNPJ/número suprimido para fins de publicação), terceirizadas pela SANEAGO para, entre outras atividades, elaborar projetos e orçamentos de obras.

Em 25/05/2015, a documentação referenciada foi enviada pela Superintendência de Obras/SANEAGO à Superintendência de Estudos e Projetos/SANEAGO, encaminhando Termos de Referência, cronograma, orçamentação e composição de serviços para análise e realização de licitação.

Como nos demais casos, o termo de referência, cronograma, a orçamentação e a composição de serviços foram elaborados e/ou supervisionados pelos denunciados FREDERICO JOSÉ NAVARRENTE LAVERS e FRANCISCO HUMBERTO RODRIGUES DA CUNHA.

O impulso dos atos e termos do processo deu-se pela ação dos denunciados EDERSON PONCIANO TREVENZOL, JOSÉ TAVEIRA ROCHA e AFRÊNI GONÇALVES LEITE.



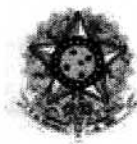
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
 PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS

Já a orçamentação e o termo de referência foram aprovados pela Superintendência de Obras da SANEAGO em 02 de julho de 2015 (folha 63 do Processo 9254/2015), mais precisamente pela pessoa do denunciado EDERSON PONCIANO TREVENZOL. Em 08 de julho de 2015 eles foram aprovados pelo denunciado GODARD TEDESCO VIEIRA.

O edital elaborado pela CPL encontra-se às folhas 1250 a 1993 do Processo 9254/2015. A SANEAGO publicou no Diário Oficial da União de 14 de agosto de 2015 o Aviso de Licitação referente ao RDC 006/2015, tipo de licitação maior desconto (folha 2632 do Processo 9254/2015) da SANEAGO, com o seguinte objeto a “Execução da obra e serviços de ampliação e melhorias no sistema de esgoto sanitário de Goiânia, neste estado, dividido em dois lotes”.

Após a rodada de lances foi considerada vencedora para os Lotes 01 e 02 a empresa ALBENGE ENGENHARIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., que apresentou 9% de desconto para o Lote 1 e 14,50% de desconto para o Lote 02, ficando as propostas, respectivamente, em R\$18.229.982,70 e R\$9.603.593,40.

Em 17 de setembro de 2015 foi realizada sessão pública de recebimento da nova proposta de preços a abertura dos envelopes de documentação, ocasião em que também foi recebida a proposta de preços da ALBENGE com as planilhas devidamente corrigidas, conforme definido na sessão anterior. A Comissão Permanente de Licitação verificou que as condições do edital



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS

foram atendidas e ratificou a classificação anterior (folhas 3477 a 3478 do Processo 9254/2015).

A licitação foi homologada em 1º de outubro de 2015 (folha 3484 do processo 9254/2015) pelos denunciados JOSÉ TAVEIRA ROCHA e AFRÊNI GONÇALVES LEITE. Seu objeto foi adjudicado à empresa ALBENGE ENGENHARIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., tendo sido a homologação subscrita pelos denunciados JOSÉ TAVEIRA ROCHA e AFRENI GONÇALVES LEITE.

Os Contratos 1716/2013 (Lote 01) e 1717/2013 (Lote 02) foram assinados em 22 de outubro de 2015 (folhas 3506 a 3540 do Processo 9254/2015) pelos denunciados JOSÉ TAVEIRA ROCHA, AFRÊNI GONÇALVES LEITE, JACKSON JONES ALBERICI e WANILDO LEMOS MALDI.

Conforme o caso anterior, a identificação dos signatários dos principais atos exarados pela SANEAGO no âmbito das Concorrências nºs 007/2007 e 022/2012, bem como do RDC 006/2015 encontra-se em quadro anexo, parte integrante da investigação, relatado em quadro elaborado pela CGU.

De acordo com a CGU, no âmbito do contrato nº 1716/SANEAGO inicialmente não foi constatado sobrepreço em relação aos parâmetros de mercado. Entretanto, em relação aos itens de serviço “transporte e descarga de material de jazida, 1ª ou 2ª categorias e entulho”, “formas



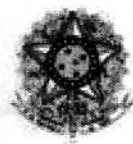
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS

compensadas, madeirite espessura 12mm, com sarrafo de pinhos de 3 terceira, reaproveitamento de 2 vezes” e “escavação e carga de material de jazida” foi verificado sobrepreço decorrente do pagamento por uma composição dos serviços inadequada ou que não foi efetivamente utilizada (Constatações 2.1.5, 2.1.6 e 2.1.7 deste Relatório).

Assim, o sobrepreço total deve ser recalculado a partir do preço paradigma estimado para a execução de tais serviços com a utilização da composição adequada e que efetivamente foi utilizada, sendo da ordem de R\$ 944.575,42.

No exame dos atos e fatos referentes ao contrato 1717/2015, a CGU apurou situação em tudo semelhante à verificada em relação ao Contrato 1716/2015, constatando, inicialmente, sobrepreço em relação aos parâmetros de mercado apenas em relação ao item de serviço “Piso em concreto preparo mecânico, espessura 7 cm, com armação em tela soldada” (Constatação 2.1.4 deste Relatório). Entretanto, em relação aos itens de serviço “transporte e descarga de material de jazida, 1ª ou 2ª categorias e entulho”, “formas compensadas, madeirite espessura 12mm, com sarrafo de pinhos de 3 terceira, reaproveitamento de 2 vezes” e “escavação e carga de material de jazida” foi verificado sobrepreço decorrente do pagamento por uma composição dos serviços inadequada ou que não foi efetivamente utilizada (Constatações 2.1.5, 2.1.6 e 2.1.7 deste Relatório).

Ainda, de acordo com a CGU, o sobrepreço apurado no



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS

contrato 1717/2015 foi da ordem de **R\$ 797.221,87**, levando-se em conta o preço paradigma estimado para a execução de tais serviços com a utilização da composição adequada e que efetivamente foi utilizada.

Ordem de Crédito para executor			Ordem de Crédito retenção ISSQN			Ordem de Crédito retenção INSS			Autorizador da Ordem de Crédito da Sancão
Número	Valor	Data	Número	Valor	Data	Número	Valor	Data	
1252/0 16	R\$ 23.323,70	15/02/16	1911/0 16	R\$ 721,35	03/03/2016	Não consta	Não consta	Não consta	Robson Borges Salazar CPF 449.190.771-49 - Diretor de Gestão Corporativa Mauro Henrique N. Barbosa CPF 348.416.791-20 - Diretor de Produção
1253/0 16	R\$ 22.173,46	15/02/16	1910/0 16	685,78	03/03/2016	Não consta	Não consta	Não consta	Robson Borges Salazar CPF 449.190.771-49 - Diretor de Gestão Corporativa Mauro Henrique N. Barbosa CPF 348.416.791-20 - Diretor de Produção
1477/0 16	R\$ 40.881,61	22/02/16	1913/0 16	R\$ 1.264,38	03/03/16	Não consta	Não consta	Não consta	Robson Borges Salazar CPF 449.190.771-49 - Diretor de Gestão Corporativa Mauro Henrique N. Barbosa CPF 348.416.791-20 - Diretor de Produção
1476/0 16	R\$ 58.888,97	22/02/16	1912/0 16	R\$ 1.821,31	03/03/16	Não consta	Não consta	Não consta	Robson Borges Salazar CPF 449.190.771-49 - Diretor de Gestão Corporativa Mauro Henrique N. Barbosa CPF 348.416.791-20 - Diretor de Produção

Conforme tabela elaborada pela CGU, os denunciados **ROBSON SALAZAR** e **MAURO HENRIQUE BARBOSA** foram os responsáveis pelo pagamento dos contratos 1716/2015 e 1717/2015 em datas e valores constantes abaixo:

Ordem de Crédito para executor			Ordem de Crédito retenção ISSQN			Ordem de Crédito retenção INSS			Autorizador da Ordem de Crédito da Sancão
Número	Valor	Data	Número	Valor	Data	Número	Valor	Data	
1252/0 16	R\$ 23.323,70	15/02/16	1911/0 16	R\$ 721,35	03/03/2016	Não consta	Não consta	Não consta	Robson Borges Salazar CPF 449.190.771-49 - Diretor de Gestão Corporativa Mauro Henrique N. Barbosa CPF 348.416.791-20 - Diretor de Produção
1253/0 16	R\$ 22.173,46	15/02/16	1910/0 16	685,78	03/03/2016	Não consta	Não consta	Não consta	Robson Borges Salazar CPF 449.190.771-49 - Diretor de Gestão Corporativa Mauro Henrique N. Barbosa CPF 348.416.791-20 - Diretor de Produção
1477/0 16	R\$ 40.881,61	22/02/16	1913/0 16	R\$ 1.264,38	03/03/16	Não consta	Não consta	Não consta	Robson Borges Salazar CPF 449.190.771-49 - Diretor de Gestão Corporativa Mauro Henrique N. Barbosa CPF 348.416.791-20 - Diretor de Produção
1476/0 16	R\$ 58.888,97	22/02/16	1912/0 16	R\$ 1.821,31	03/03/16	Não consta	Não consta	Não consta	Robson Borges Salazar CPF 449.190.771-49 - Diretor de Gestão Corporativa Mauro Henrique N. Barbosa CPF 348.416.791-20 - Diretor de Produção

A participação de **MAURO HENRIQUE** no “esquema”



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS

delituoso é revelada por diversas provas colhidas durante as investigações. Ora ele percute, na condição de Diretor de Produção pagamentos para empresas com evidente indícios de superfaturamento, ora recebe presentes de empresários sabidamente envolvido há anos em corrupção na SANEAGO.

É o que demonstra, a propósito, os áudios abaixo, em que CHARLES, do grupo TECNOBOMBAS-AJEL, diz claramente que ele é o “homem” deles na SANEAGO, valendo anotar a movimentação hoje existente para aquisição pelo consórcio EMSA-CCB (na verdade SANEAGO) dos 04 (quatro) motores-bombas da citada empresa a preços superfaturados, a despeito de toda celeuma que, em passado recente, envolveu a negociata.

É o que se vê da transcrição abaixo:

(transcrições suprimidas para fins de publicação).

A confirmação de que, de fato, a aquisição dos motores-bombas são hoje o ponto nevrálgico da relação TECNOBOMBAS-SANEAGO pode ser visualizada, em toda extensão, pela leitura da seguinte transcrição, tudo a demonstrar a atuação do crime organizado e a habitualidade de ação dos envolvidos:

(transcrições suprimidas para fins de publicação).

Expostos os fatos criminosos associados à alta cúpula da



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS

SANEAGO, impõe-se repisar a conduta dos empresários criminosos em relação aos quais existem provas, no atual estágio das investigações.

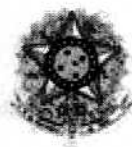
O exame das provas constantes do caderno de investigação anota a existência de elementos indicativos de que os investigados FREDERICO JOSÉ NAVARRETE LAVERS, CARLOS EDUARDO PEREIRA DA COSTA, GILBERTO RICHARD DE OLIVEIRA, RAFAEL SANTA CRUZ FERREIRA SÁ e CHARLES HUMBERTO DE OLIVEIRA além de possuírem papel de relevo no funcionamento do “esquema” delinquencial, demonstram uma persistência nas práticas condutas altamente lesivas à administração pública ao longo dos anos.

Como exposto anteriormente, existem fundadas provas de que os investigados:

- JOSÉ TAVEIRA ROCHA, ROBSON BORGES SALAZAR, AFRÊNI GONÇALVES LEITE, MAURO HENRIQUE NOGUEIRA (o primeiro Diretor-Presidente, os demais Diretores de Gestão Corporativa, de Expansão e Produção), ao lado de

- EMMANUEL DOMINGOS PEIXOTO, JOSÉ VICENTE DA SILVA JÚNIOR e JOSÉ RAIMUNDO ALVES GONTIJO
(todos membros da Comissão Permanente de licitação), e

- GODARD TEDESCO VIEIRA, EDERSON PONCIANO



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS

TREVENZOL, LUIZ HUMBERTO GONÇALVES GOMES e RIVADÁVIA MATOS AZEVEDO (Superintendente de Estudos e Projetos, Superintende de Gestão de Obras, Superintendente Regional de Operações do Entorno do DF e Superintendente Regional de Operações de Goiânia, respectivamente), membros alta cúpula da SANEAGO, encontram-se há vários anos articulados em organização criminosa voltada à prática de fraude à licitações e corrupção.

Em especial, consigna-se que os Diretores JOSÉ TAVEIRA ROCHA, ROBSON BORGES SALAZAR, AFRÊNI GONÇALVES LEITE e MAURO HENRIQUE NOGUEIRA, todos eles, há anos reiterada e persistentemente vêm praticando crimes no interior da SANEAGO.

Consigna-se, na dimensão em concreta dos fatos, que JOSÉ TAVEIRA ROCHA vem intermediando o pagamento de valores a terceiros sem causa aparente e com recursos, direta ou indiretamente, auferidos da SANEAGO, a exemplo do pagamento para a gráfica MOURA.

Ainda, que o mesmo vem promovendo o pagamento de despesas outras sem vínculo com a SANEAGO, tais como, transferência de valores para a Centrais Elétricas de Goiás (CELG), Fundo Penitenciário e coquetéis do Palácio das Esmeraldas.

São inúmeras os áudios em que a interceptação telefônica colhe situação em que TAVEIRA e ROBSON SALAZAR tramam, acertam e decidem a



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS

percussão de valores em benefício própria e demais membros da organização criminosa.

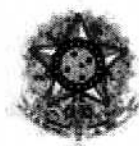
Um dos áudios, por exemplo, eles tratam da elaboração e execução de operações ilícitas e percentagem de valores, possivelmente de propinas, da ordem de 6 milhões de reais e correspondente a 3% do valor do contrato negociado.

Em determinado momento, ambos, ROBSON SALAZAR e TAVEIRA tratam da distribuição de valores após a quitação dívidas bancárias, consoante o que segue, sem deixar escapar a preocupação deles com o possível trabalho do Ministério Público:

(transcrições suprimidas para fins de publicação).

Além disso, JOSÉ TAVEIRA ROCHA, em coautoria com AFRENI GONÇALVES LEITE, subscreveu, em 01 de janeiro de 2014, o contrato 307, resultante do RDC 005/2014 (fls. 4.450 a 4.563, Volume 17 do Processo 1.591/2014) e mais os empreiteiros ADRIANO JOSÉ CORREA CROSSARA (representando a ENSA) e WILTON JOSÉ MACHADO (representado a CCB).

É necessário esclarecer que o Contrato 307/2015 foi firmado com Consórcio EMSA-CCB, constituído pelas empresas EMSA – EMPRESA SUL AMERICANA DE MONTAGENS S/A e a CONSTRUTORA CENTRAL DO



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS

BRASIL S/A, no valor de R\$ 104.900.000,00.

Ressalta-se que nesse contrato foi inserido como objeto a aquisição dos conjuntos motor bombas da Estação Elevatória de Água Bruta que fora objeto da Concorrência n. 4.3.005/2010-DIENG. A nova licitação, conforme exaustivamente já descrito, exprime uma tentativa dos denunciados de efetuar a contratação da TECNOBOMBAS, uma vez malograda a primeira tentativa levada a efeito no ano de 2010, cujos fatos, conforme dito, resultou na abertura do inquérito policial n.º 142/2014¹⁶.

De fato, em razão de intensa disputa administrativa e judicial que se seguiu às decisões da Comissão Permanente de Licitação nos anos de 2010 e ss., a SANEAGO optou por revogar o certame e inserir o seu objeto em novo procedimento de licitação, conforme despacho n. 328/2015 e documentos que o subsidiaram e Termo de Revogação, de 30/06/2015 – paginas 4065-4071 do Volume XI, do processo de licitação.

Esses últimos documentos foram subscritos pelos denunciados JOSÉ TAVEIRA DA ROCHA, JOSÉ VICENTE DA SILVA JÚNIOR, JOSÉ RAIMUNDO ALVES GONTIJO e EMMANUEL DOMINGOS PEIXOTO e evidencia um fato, qual seja, a de que os investigados tinham plena ciência das fraudes na licitação que então tinha sido levado a efeito na tentativa de contratar a empresa TECNOBOMBAS (Concorrência n. 4.3.005/2010-DIENG).

¹⁶ O valor da proposta da TECNOBOMBAS foi superior em mais de 10.741.500,00 (dez milhões, setecentos e quarenta e um mil e quinhentos reais) àqueles apresentados pelas empresas concorrentes.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS

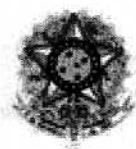
Apesar disso, sabedores da malsucedida tentativa de contratar a TECNOBOMBAS por valores superfaturados, os investigados trataram de viabilizar uma segunda tentativa de aquisição dos conjuntos motor-bomba a preços superfaturados com a mesma empresa – ao que tudo indica.

De fato, inserido no RDC Presencial nº 05/2014, a segunda tentativa de aquisição dos conjuntos motor-bomba não passou por nenhuma alteração de especificações técnicas, exceto pela quantidade: que passou de três para quatro unidades a serem adquiridas.

Isto é, não satisfeitos com os valores já extraordinariamente superfaturados na malsucedida Concorrência n. 4.3.005/2010-DIENG, os investigados pretendem, agora, acrescer mais 16,7% sobre os preços que então haviam decidido para aquela frustrada licitação.

A questão foi corretamente analisada pela CGU que assim se expressou:

“Tal percentual poderia indicar tratar-se de acréscimo de valores referente ao BDI. Todavia, a proposta apresentada pela licitante vencedora do RDC ° 05/2014 (Consórcio EMSA - 17.393.547/0001-05/CCB - 02.156.313/0001-69) de R\$ 8.725.788,72 já é 13,8% superior ao valor estimado pela Tecnobombas, indicando aqui o acréscimo do BDI. O quadro a seguir ilustra a argumentação.



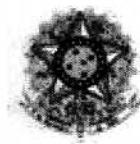
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS

Quadro – Valores com acréscimo do BDI.

Concorrência 05/2010 (A):		x	RDC nº 05/2014: Proposta EMSA/CCB (B):	x	Diferença de valores (B-A):
Valor estimado:	6.575.000,00		7.670.000,00		-
Eventual acrécimo de 14% referente ao BDI:	7.495.500,00		8.725.788,72		1.230.288,72

Ou seja, numa perspectiva bastante conservadora (acrescentou-se arbitrariamente o percentual de 14% referente ao BDI ao valor de referência da Concorrência nº 05/2010, que inclusive já é valor superior à proposta vencedora do RDC nº 05/2014), verifica-se a desvantagem para a Saneago com o novo certame licitatório, de forma a representar prejuízo potencial da ordem de R\$ 1.230.288,72 por cada motor bomba (o que representaria um prejuízo potencial total de R\$ 4.921.154,88 pelas quatro unidades do conjunto motor-bomba licitadas)”.

Importa mencionar aqui que o Despacho n.º 890/2014 (folhas 4146-4151 do Volume 17 do Processo 1591/2014 – que informa reafirma os valores superfaturados da frustrada Concorrência n. 4.3.005/2010-DIENG – foi subscrita pelos investigados DORALICE BARROS DE ALMEIDA, RIVADÁVIA MATOS AZEVEDO e OLEGÁRIO MARTINS TEIXEIRA NETO.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS

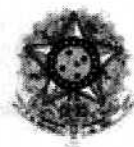
Vale destacar que a investigada DORALICE BARROS DE ALMEIDA foi quem elaborou a planilha orçamentário da indigitada Concorrência n. 4.3.005/2010-DIENG, estimando valores da ordem de R\$ 19.725.000,00 e em plena unidade de desígnio com os fins almejados pela organização criminosa.

A investigada DORALICE BARROS, responsável pela área de orçamento da SANEAGO, também é responsável pela elaboração do orçamento que deu base à realização do Contrato nº 1203/2008.

Segundo a CGU, Relatório de Ação de Controle – Fiscalização nº 215070 de 31 de dezembro de 2008 da CGU-Regional/GO, foi encontrado um sobrepreço geral de **R\$ 5.139.247,94**.

Após a apresentação de justificativas pela SANEAGO e pelo Ministério das Cidades, a Coordenação Geral de Auditoria da Área de Cidades da CGU – DIURB/SFC/CGU emitiu a Nota Técnica 806/2010/DIURB/DI/SFC/CGU-PR, de 24 de março de 2010.

Em razão disso, a SANEAGO acatou parte das justificativas apresentadas, mantendo a constatação de um sobrepreço de R\$ 3.643.358,41 para os itens superfaturados, com a recomendação de que tais valores fossem repactuados, sob pena de não poderem ser financiados com recursos federais. Entretanto, não foi encontrada documentação dando conta da repactuação recomendada pela CGU.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS

Tal fato revela, mais uma vez, a atuação criminoso, reiterada e persistente da investigada DORALICE, de prover a organização criminoso de elementos técnicos aptos a consolidar o superfaturamento de obras e serviços.

Releva mencionar que o então Superintendente de Obras, OLEGÁRIO MARTINS TEIXEIRA NETO¹⁷, em 16 de setembro de 2009, participou ativamente da definição do projeto técnico dos Conjuntos Motor-Bomba para fins de licitação.

Sua atuação mais incisiva, no entanto, deu-se na condução fraudulenta da Concorrência 4. 3-005/2010, tendo este tomado conhecimento (e efetivamente participado).

Tanto assim que, em 22/08/2011, o MOACIR CAETANO DE ALMEIDA JÚNIOR, Coordenador de Empreendimentos da G4 consultoria, encaminha ao investigado OLEGÁRIO MARTINS TEIXEIRA NETO as Respostas aos Questionamentos das empresas concorrentes ao processo licitatório. Tais respostas foram publicadas pelo Presidente da CPL, EMMANUEL DOMINGOS PEIXOTO, em 22/08/2011.

Em 20/09/2011, o FREDERICO JOSÉ NAVARRETE LAVERS, Consultor Técnico da G4, encaminha análise técnica das propostas ao

¹⁷ Para um exame mais detalhado da conduta de OLEGÁRIO MARTINS TEIXEIRA NETO e outros, conferir Tabela I – Agentes Envolvidos nos Processos em que foram Identificados Problemas, elaborado pela Controladoria-Geral da União



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS

investigado OLEGÁRIO MARTINS TEIXEIRA NETO, Diretor de Engenharia, qualificando apenas a empresa TECNOBOMBAS.

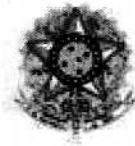
Em 29/09/2011 a CPL divulgou o resultado.

Isto é, os fatos demonstram que a alta administração da SANEAGO encontra-se envolvida na promoção recente, atual, de mais fraudes, de mais contratos lesivos à estatal, ao buscar a repristinar a contratação da empresa TECONOBOMBAS para o fornecimento de bombas – base inicial da presente investigação.

Tais fatos revelam não só a antiguidade, mas a duração prolongada e a atualidade do esquema criminoso, o que autoriza, recomenda, exige mesmo, a prisão cautelar dos envolvidos para prevenir a crimes em andamento, além da reiteração criminosa.

Esse fato não passou despercebido pela CGU que consignou, após detalhar exaustivamente o engodo que hoje se processa no interior da SANEAGO, na forma que segue:

“Diante disso, restou evidenciada a assunção de práticas pouco transparentes e tendenciosas que desde a tentativa inicial frustrada de aquisição de motores bomba (pela Concorrência nº 005/2010) até a efetiva inclusão deste objeto como um dos itens de uma licitação maior e global (RDC nº 05/2014) mostrou-se



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS

expediente desvantajoso para a Saneago, de forma que, se plenamente implementada, poderá resultar num prejuízo próximo de R\$ 5.000.000,00.”

a) RDC 006/2015

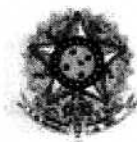
Em 19 de dezembro de 2007 foi celebrado entre a União Federal, por intermédio do Ministério das Cidades, representada pela Caixa Econômica Federal, e o Governo do Estado de Goiás/GO, o Contrato de Repasse 226.025-62, tendo, ainda, a SANEAGO como interveniente executora.

A vigência inicial foi estabelecida para 30 de outubro de 2010, estando atualmente prorrogada até 30 de outubro de 2016.

Com a rescisão do Contrato 1203/2008, foi celebrado entre a SANEAGO e a SANEFER o Contrato nº 1979/2013. Esse contrato se limitou aos serviços remanescentes do objeto do CR 226.025-62, tendo sido também rescindido antes de seu final, em 19 de maio de 2015.

A execução financeira aprovada pela Caixa no âmbito do Contrato 1979/2013 foi de R\$ 1.741.693,43, o que representa 2,58% do valor pactuado atualizado do CR 226.025-62 (R\$ 67.427.523,38).

A CGU apurou um superfaturamento de R\$ 177.718,29, sendo



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS

que só não foi maior porque o contrato foi rescindido dezoito meses após a sua assinatura com uma execução financeira aprovada pela Caixa de apenas R\$ 1.741.693,47, correspondendo a um percentual de execução de apenas 3,79%.

O orçamento, a memória de cálculo e a composição dos itens para licitação foi realizada pelo investigado FREDERICO JOSÉ NAVARRETE LAVERS e aprovado pelo igualmente investigado EDERSON PONCIANO TREVENZOL, então Superintendente de Gestão de Obras.

Em razão da extinção do Contrato 1979/2013, a SANEAGO realizou nova licitação para a contratação dos serviços remanescentes do CR 225.025-62 (RDC 006/2015). Os serviços remanescentes foram divididos em dois lotes e resultou na celebração dos Contratos nº.s 1716/2013 (Lote 01) e 1717/2013 (Lote 02) firmados com a ALBENGE ENGENHARIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.

Segundo a CGU, no âmbito do contrato nº 1716/Saneago inicialmente não foi constatado sobrepreço em relação aos parâmetros de mercado. Entretanto, em relação aos itens de serviço “transporte e descarga de material de jazida, 1ª ou 2ª categorias e entulho”, “formas compensadas, madeirite espessura 12mm, com sarrafo de pinhos de 3 terceira, reaproveitamento de 2 vezes” e “escavação e carga de material de jazida” foi verificado sobrepreço decorrente do pagamento por uma composição dos serviços inadequada ou que não foi efetivamente utilizada (Constatações 2.1.5, 2.1.6 e 2.1.7 deste Relatório).



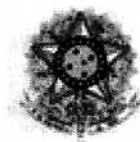
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
 PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS

Ao final do exame da contrato 1716/2015, a CGU apurou um sobrepreço de **R\$ 944.575,42**, levando em consideração o preço paradigma estimado para a execução de tais serviços com a utilização da composição adequada e que efetivamente foi utilizada.

No exame dos atos e fatos referentes ao contrato 1717/2015, a CGU apurou situação em tudo semelhante à verificada em relação ao Contrato 1716/2015, constatando, inicialmente, sobrepreço em relação aos parâmetros de mercado apenas em relação ao item de serviço “Piso em concreto preparo mecânico, espessura 7 cm, com armação em tela soldada” (Constatação 2.1.4 deste Relatório). Entretanto, em relação aos itens de serviço “transporte e descarga de material de jazida, 1ª ou 2ª categorias e entulho”, “formas compensadas, madeirite espessura 12mm, com sarrafo de pinhos de 3 terceira, reaproveitamento de 2 vezes” e “escavação e carga de material de jazida” foi verificado sobrepreço decorrente do pagamento por uma composição dos serviços inadequada ou que não foi efetivamente utilizada (Constatações 2.1.5, 2.1.6 e 2.1.7 deste Relatório).

Ainda, de acordo com a CGU, o sobrepreço apurado foi da ordem de **R\$ 797.221,87**, levando-se em conta o preço paradigma estimado para a execução de tais serviços com a utilização da composição adequada e que efetivamente foi utilizada.

Pelo exame dos contratos 1716/2015 e 1717/2015, constata-se



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS

que ambos foram firmados, em 22 de outubro de 2015, pelos denunciados JOSÉ TAVEIRA ROCHA, AFRÊNI GONÇALVES LEITE e, pela empresa ALBENGE ENGENHARIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, os empreiteiros JACKSON JONES ALBERICI e WANILDO LEMOS MALDI.

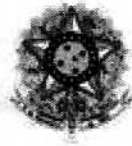
Em 01 de outubro de 2015, a licitação fora homologada pelos denunciados JOSÉ TAVEIRA ROCHA e AFRÊNI GONÇALVES LEITE.

Aos 02 de julho de 2015, EDERSON PONCIANO TREVENZOL aprovou o termo de referência, cronograma, orçamentação e composição de serviços, os quais, em 08 de julho de 2015, foram aprovados pelo investigado GODARD TEDESCO VIEIRA.

Como nos demais casos, a elaboração do orçamento fora realizado pelo Consórcio SENHA-NAENG.

A execução das obras da ETE Parque Ateneu, que é parte do ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário do município de Goiânia (Sistema Meia Ponte), teve início em 2008 e até o presente momento não se encontra concluído.

Não menos grave, entretanto, é que os contratos vêm sendo objeto de superfaturamento ora pela ação dolosa dos investigados ou pela omissão penalmente relevante daqueles que têm o dever de zelar pela boa execução das



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS

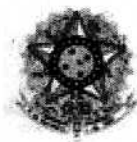
obras.

Esse precisamente é o caso dos denunciados JOSÉ TAVEIRA ROCHA, AFRÊNI GONÇALVES LEITE, GODARD TEDESCO VIEIRA, EDERSON PONCIANO TREVENZOL, MAURO HENRIQUE NOGUEIRA BARBOSA e ROBSON SALAZAR, sendo que estes dois últimos são responsáveis por autorizar os pagamentos dos valores superfaturados.

Expostos os fatos criminosos associados à alta cúpula da SANEAGO, impõe-se repisar a conduta dos empresários criminosos em relação aos quais existem provas, no atual estágio das investigações, de relevante participação no esquema criminoso, bem com a presença de elementos indicativos de habitualidade delitiva.

O conjunto probatório reuniu elementos indicativos de que os investigados FREDERICO JOSÉ NAVARRETE LAVERS, CARLOS EDUARDO PEREIRA DA COSTA, GILBERTO RICHARD DE OLIVEIRA, RAFAEL SANTA CRUZ FERREIRA SÁ e CHARLES HUMBERTO DE OLIVEIRA além de possuírem papel de relevo no funcionamento do “esquema” delinquencial, demonstram uma persistência nas práticas condutas altamente lesivas à administração pública.

FREDERICO NAVARRETE



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS

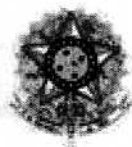
Em linhas gerais, há diversas provas dando conta de que FREDERICO JOSÉ NAVARRETE LAVERS é o responsável por formatar projetos de engenharia e de orçamenta que dão suporte às diversas contratações de empresas de maneira fraudulenta levada a termo pela SANEAGO.

Ele trabalha no interior da SANEAGO, inclusive com funcionários seus junto à Comissão Permanente de Licitação, direcionando processos e contratações de empresas aliadas ao esquema delinquencial.

Indubitável a promiscuidade e a confusão entre os interesses público e privado na condução dos negócios da estatal, a exemplo da atuação das funcionárias SIBELLY PEREIRA PROCÓPIO e MERCEDES MARIA ROMANO DE GOUVEIA (NAENG), ambas destacadas para setores importantes e de tomada de decisão.

Afora, ainda, os funcionários BÁRBARA BATISTA MACHADO e BRUNO LEANDRO FERREIRA, a primeira empregada da NAENG, mas exercendo funções junto à Comissão Permanente de Licitação, e BRUNO, igualmente empregado da NAENG, mas sem que especificação identificada pelas investigações no interior da SANEAGO.

FREDERICO NAVARRETE lidera o esquema das empresas de consultoria contratadas pela SANEAGO e que ficaram conhecidas como G4 (SENHA, NAENG, ENERCONSULT e PROSUL), manipulando preços unitários



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS

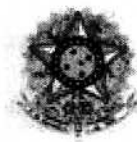
e quantitativos necessários à formatação de orçamentos aptos a amparar o abate dos recursos públicos.

FREDERICO NAVARRETE aparentemente também executa obras, e faz parcerias com outras empresas, a exemplo da SENHA e ARCADIS LOGOS (CNPJ/número suprimido para fins de publicação) que, segundo diálogo colhido, “estaria entrando no esquema”. Na ocasião, menciona a participação de GODARD (da SUESP) na indicação da empresa (Índice/número suprimido para fins de publicação).

A colheita de provas obtidas com a interceptação telefônica deixa clara a obtenção de contratos mediante a distribuição de propina para servidores da SANEAGO, evidenciando um contexto de práticas sistemáticas de corrupção e de saques ao erário da estatal (Índices/ números suprimidos para fins de publicação).

Há evidências de obras realizadas pela NAENG em situação de inacabadas, sem que a existência, por outro lado, de cobranças e/ou rescisão contratual pela SANEAGO. Exemplo: adutora inacabada em Cocalzinho (girassol) e de obras de Santo Antônio/GO (índices/ números suprimidos para fins de publicação, já indicados).

Aponta-se, ainda, de que diversas denúncias foram protocolizadas na SANEAGO, CGU, TCU e Ministérios Públicos Federal e Estadual acerca do envolvimento de NAVARRETE com práticas ilícitas.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS

Há, nesse sentido, diálogo telefônico em que NAVARRETE trata do assunto, sem que isso sirva de elemento dissuasório da prática de novos crimes contra a SANEAGO. **Ao contrário, constata-se que persiste, em novos esquemas, a intermediação de propinas a agentes da estatal**, razão pela qual não restam dúvidas quanto à necessidade da prisão preventiva, verbis:

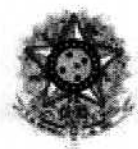
(transcrições suprimidas para fins de publicação)

CARLOS EDUARDO PEREIRA DA COSTA

É um dos principais empresários da organização criminosa que se infiltrou na SANEAGO, tanto que obteve o maior número de contratos na estatal movimentando a expressiva quantia de aproximadamente R\$ 211.000.000,00 (duzentos e onze milhões de reais).

A obtenção deste impressionante volume de obras e recursos está diretamente relacionada à sua participação na organização criminosa, às fraudes praticadas para obtenção de contratos e execução de obras, e, principalmente, ao pagamento de propina para agentes públicos e políticos.

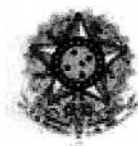
Informações do Tribunal Superior Eleitoral dão conta de que o investigado doa grande quantidade de recursos para campanhas eleitoras e consta a notícia de que teria emprestado aeronaves igualmente para a mesma finalidade.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS

O montante de doações contabilizado soma a impressionante cifra de R\$ 3.878.500,00, (três milhões, oitocentos e tenta oito mil e quinhentos reais), de contabilizadas no Tribunal Superior Eleitoral.

É o que se vê nas tabelas abaixo:



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS